

Variáveis envolvidas no processo educacional: uma breve reflexão

Daniel Mateus O'Connell

Doutorando em Educação escolar pela UNESP Araraquara e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Academia da Força Aérea (AFA). e-mail: doconnell@prove.ufu.br

Resumo: O objetivo deste artigo é conduzir uma breve apresentação de alguns dos vários aspectos envolvidos na prática educacional. Essa apresentação inclui variáveis teóricas e práticas envolvidas nesse processo contínuo. Esses elementos serão analisados e refletidos criticamente na tentativa de contribuir de forma relevante para com a contemporaneidade das discussões acerca do tema.

Palavras-chave: prática educacional; formação profissional; responsabilidade social.

Abstract: This article aims at conducting a brief presentation of some of the many aspects involved in educational practice. This presentation includes some theoretical and practical variables involved in this on-going process. These elements will be critically reflected on and analyzed in an attempt to contribute in a relevant way to the contemporary discussions on this subject.

Key words: educational practice; professional development; social responsibility

1. Introdução

Em se tratando da prática educacional, pode-se dizer que existem inúmeros aspectos envolvidos em tal processo, já que este implica algo infinito e constante. Este artigo enseja apresentar alguns dos vários elementos práticos e teóricos relevantes ao processo educacional, assim como uma análise crítica e reflexiva acerca de cada um destes, a saber, a formação de contextos colaborativos no exercício da docência, saberes docentes e formação profissional, o currículo e a prática educacional, gestão democrática escolar e, por fim, a responsabilidade social das universidades brasileiras. Tais elementos serão discorridos isoladamente e contrastados ocasionalmente devido à sua demasiada profundidade reflexiva.

2. Contextos colaborativos no exercício da docência

Um dos vários desafios na formação de professores, atualmente, é justamente o desenvolvimento de contextos colaborativos, em que o docente possa ter condições de agir efetivamente de forma reflexiva, junto aos seus pares, sob a prática em sala de aula e todo o contexto educacional que envolve o exercício da docência. Existe, infelizmente, uma cultura tradicionalmente conhecida em que os professores trabalham individualmente, exercendo a prática docente de forma solitária e descompromissada. O isolamento se dá, muitas vezes, pela própria arquitetura das escolas, as estruturas dos horários e a sobrecarga do trabalho.

Por outro lado, há, cada vez mais, uma preocupação com essa problemática. Mais e mais estudos apontam para a necessidade de desenvolvimento de contextos colaborativos. A oportunidade de criação desses contextos significa um grande avanço na prática docente, já que é, também, por meio dessa que a qualidade do ensino e aprendizagem vem se aprimorando no decorrer dos anos.

É através de contextos colaborativos que os professores vêm tendo a oportunidade de enfrentar as inúmeras dificuldades e barreiras que envolvem a prática educacional. Nesses contextos, os professores compartilham os limites e desafios que encaram diariamente, trocando, dessa forma, experiências valiosas que podem, de alguma forma, contribuir com a prática de seus pares. Por meio dessa cultura de coletividade, os docentes passam a reconhecer o que sabem, o que os outros sabem e o que todos não sabem. Isso, certamente, proporciona uma reflexão individual e coletiva, visando à superação dos limites do grupo. Dessa forma, o exercício da docência passa a favorecer o desenvolvimento da análise crítica, buscando a resolução de problemas e tomada de decisões conjuntas.

A formação inicial e continuada de professores tem contribuído de forma inovadora para com o desenvolvimento de contextos colaborativos, por parte dos docentes em formação e em exercício. Desde o início de sua formação, o futuro docente é incentivado a refletir sobre sua própria prática, reformulando e repensando de maneira inovadora e crítica o seu exercício de docência. Isso pode ser facilmente comprovado nas disciplinas de Estágio Supervisionado, em que os próprios futuros professores analisam sua prática e a prática de seus colegas.

Ainda a esse respeito, Libâneo (2006) aponta que a disciplina de Didática de Ensino inserida nos cursos de Licenciatura também sinaliza uma tendência investigativa que concebe o ensino como uma atividade reflexiva, contribuindo não somente para a formação de professores, mas também para o currículo, o ensino e a metodologia de docência.

É importante ressaltar que essa prática reflexiva deve partir do docente, porém não se limita somente a ele. Afinal de contas, esse é o grande sentido de uma prática "colaborativa". Se é possível que os aprendizes possam ser os construtores do seu próprio conhecimento, por meio de processos de colaboração com seus próprios pares, por que não pensar da mesma forma em relação aos professores?

Estamos convictos de que é somente por meio da contribuição entre seus pares que os docentes podem, de alguma forma, exercer sua docência de maneira eficaz e

consciente de seus êxitos e limitações. Cremos que esse é o grande desafio do exercício da docência. O desenvolvimento profissional dos docentes só é possível quando, além de uma prática reflexiva, existe um trabalho colaborativo constante em que o profissional esteja envolvido em trocas de experiências de sucesso e insucesso com seus pares. É assim que aprendemos e desenvolvemos cada vez mais nossa prática. É por meio da contribuição e colaboração dos pares que há possibilidades de uma melhoria no quadro educacional e no desenvolvimento dos professores inseridos nesse meio.

Além disso, vale ressaltar também a importância dos outros agentes envolvidos no processo pedagógico. Segundo Luck (2006), o exercício pleno das atividades escolares, incluindo os contextos colaborativos, só se dá por meio do compartilhamento das responsabilidades no processo de ensino e aprendizagem. Os docentes não são e não podem ser os únicos agentes responsáveis pela reflexão e criticidade dos aspectos envolvidos no ensino e aprendizagem. O gestor, os funcionários escolares, os pais, assim como os próprios políticos são todos, igualmente, responsáveis pela qualidade da prática escolar.

3. Saberes docentes e formação profissional

Em se tratando de qualidade da prática escolar, é necessário também um olhar especial para os saberes docentes que têm sido, nos últimos tempos, algo de bastante discussão no meio acadêmico da educação. Felizmente, a visão tradicional do exercício da pedagogia, em que o professor é visto como o detentor do conhecimento e os alunos meros expectadores, vem sendo questionada no decorrer dos últimos anos por vários pesquisadores e investigadores, como o renomado estudioso Maurice Tardif. Em sua obra *“Saberes Docentes e Formação Profissional”*, o pesquisador problematiza a prática docente por meio da análise das inúmeras variáveis envolvidas nos saberes docentes.

Segundo Tardif (2010), esse “novo” olhar sob a prática docente vem sendo realizado desde o início da década de noventa, quando as universidades decidiram concentrar maiores esforços no que vem sendo realizado nos cursos de formação de professores, e também, na atividade dos docentes em exercício. Havia uma necessidade de compreender melhor e de articular melhor o conhecimento adquirido pelos professores nas universidades e suas práticas cotidianas.

Tardif (2010) problematiza a formação dos futuros docentes no sentido de que a teoria assimilada nas universidades nem sempre é a realidade encontrada no cotidiano da atividade docente. Ainda segundo o autor, o nosso grande desafio, em se tratando da formação de professores, é justamente a abertura de uma lógica didaticamente voltada para a realidade do ensino contemporâneo. Afinal de contas, estamos em pleno século XXI, e os aspectos metodológicos propícios para o século passado, já não podem mais ser vistos com os mesmos “olhos”. Vivemos hoje em um mundo cibernético, bastante diferente de alguns anos atrás.

Isso não significa que devemos ignorar os ensinamentos formais adquiridos nas universidades. Pelo contrário, são eles que nos proporcionam um alicerce firmemente enraizado para que possamos, a partir daí, construir uma prática bem sucedida e perti-

nente com a realidade deste novo século. Por isso, vários estudos têm sido feitos no sentido de proporcionar melhor conhecimento para a prática efetiva dos professores.

Nesse sentido, Tardif (2010) destaca a importância dos saberes dos professores. De acordo com o pesquisador, o saber docente é caracterizado pela sua natureza plural, ou seja, pelas inúmeras variáveis envolvidas na prática docente. O saber disciplinar não é mais suficiente para uma prática eficaz, existem outros aspectos que podem ser muito importantes e essenciais para o exercício pleno da docência. Os saberes profissional, curricular e experiencial são tão importantes quanto o saber disciplinar.

O saber profissional é o próprio saber pedagógico, aquele transmitido pelas instituições de formação de professores como as escolas, as faculdades. É o saber que se apresenta como doutrina ou concepção proveniente de reflexões racionais e normativas. O saber disciplinar, por outro lado, é o próprio conhecimento e domínio de um conteúdo específico. É adquirido por meio de cursos formais nos vários departamentos das universidades, independentemente das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores. Já o saber curricular corresponde aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta como modelos da cultura erudita. Por último, e não menos importante, o saber experiencial é aquele que irá direcionar toda a prática do professor, tendo em mente todos os saberes previamente mencionados.

O saber experiencial é aquele saber docente que está relacionado com a identidade do professor, com sua experiência de vida e com sua história profissional, com suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares. Esse saber passa a integrar a identidade do professor, significando, assim, um elemento fundamental na sua prática e nas suas decisões pedagógicas. Essa pluralidade do saber experiencial tem grande significado na competência profissional e nas escolhas tomadas pelo docente. É importante destacar que esse saber não pode ser caracterizado como algo estático, pois o público dos professores é variável e bastante heterogêneo. Podemos concluir, então, que esse saber é temporal.

A temporalidade do saber experiencial ainda se justifica pelo fato desse saber ser construído durante todo o período de aprendizagem e exercício do professor. Além disso, o contexto de trabalho dos docentes exige constantes adaptações, conhecimentos, competências e aptidões que são invariavelmente diferentes tendo em vista as diferentes situações de ensino e os diferentes públicos que os docentes se deparam no decorrer de sua carreira.

Tendo em vista que a pedagogia se caracteriza como um ato de constante sensibilização e adaptação frente ao contexto real de ensino, acreditamos que o saber experiencial seja de maior relevância na prática docente. Isso porque ao longo da atividade docente aparecem inúmeros condicionantes e variáveis relacionados a situações concretas que não são passíveis de situações acabadas e que exigem, a todo o momento, improvisação e habilidade pessoal. Esse é o grande desafio do docente, adaptar-se às novas situações e realidades em que se encontra no decorrer de sua carreira. E isso só pode ocorrer se os outros saberes estiverem alinhados com o saber experiencial que conduzirá o docente a uma prática exemplar.

4. O currículo e a prática educacional

Outra variável bastante relevante nas discussões educacionais atuais é o currículo. Ele é, sem sombra de dúvidas, uma das principais e mais importantes ferramentas no meio educacional e, felizmente, vem sendo discutido e refletido com bastante vigor durante o decorrer dos anos por vários pesquisadores e estudiosos envolvidos no processo educacional. Sua elaboração não pode e não deve ficar unicamente a cargo dos gestores políticos interessados em objetivos próprios que não estão, muitas vezes, relacionados aos princípios e propósitos educacionais voltados aos interesses da nova era educacional contemporânea.

Essa problemática, destacada por Sacristán (2000), parte da reflexão curricular de vários aspectos, a saber, o objetivo que se pretende atingir, o porquê ensinar, o que ensinar, para quem ensinar, que processos incidem e modificam as decisões até que se chegue à prática, como se transmite a cultura escolar, como os conteúdos podem ser inter-relacionados, quais os materiais e recursos metodológicos necessários para uma prática eficiente, como organizar os grupos de trabalhos, o tempo e o espaço, como avaliar o sucesso ou não do currículo dominante, e, o mais importante, de que maneira é possível modificar a prática escolar se ela estiver deficitária.

É justamente essa visão que se espera dos educadores e dos atores envolvidos no processo educacional na contemporaneidade. A visão arcaica de currículo estático e intocável já não é mais propícia nos dias atuais. Felizmente, essa concepção tradicional de currículo vem sendo cada vez mais contestada e renegada no meio educacional da modernidade. Sacristán (2000), por exemplo, vê no currículo uma forma de se ter acesso ao conhecimento, e que por isso não se pode esgotar seu significado em algo estático. O conhecimento está em constante transformação e desenvolvimento. O currículo deve ser considerado, dessa forma, uma ferramenta que proporciona condições de se exercer a cidadania de forma ativa em meio à cultura e à realidade, para que o indivíduo possa ser capaz de se tornar responsável pela própria aprendizagem e seja encorajado a agir de forma emancipatória, participando ativamente da comunidade em que vive, e não ficando à mercê dos atos condicionantes dos políticos no poder.

Deve haver um equilíbrio entre os interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo e os interesses dos atores que estão diretamente envolvidos na prática educacional, os aprendizes, os professores, os gestores, os supervisores, os pais e a própria comunidade. Nesse sentido, o currículo é visto como um elo entre a sociedade e a escola, o sujeito e a cultura, o ensino e a aprendizagem, refletindo práticas, experiências cotidianas, ideologias, crenças e valores.

Segundo Sacristán (2000), os movimentos revolucionários ao longo dos anos proporcionaram uma nova visão da educação, e, conseqüentemente, do currículo. Foram incorporados à prática educacional aspectos morais e democráticos, os quais direcionam e sinalizam a formação de indivíduos socialmente engajados e envolvidos na sociedade em que vivem. Aquela visão tradicional de currículo que valoriza unicamente o conteúdo e ignora as inúmeras variáveis envolvidas no processo educacional está sendo, cada vez mais, questionada.

Acreditamos que o currículo não pode mais funcionar como uma ferramenta,

ou mecanismo, de controle social, em que as políticas educacionais e culturais são impostas sem o consentimento dos principais atores envolvidos em tal processo. A elaboração dos currículos e as políticas escolares devem estar em sintonia com a realidade e a necessidade do público em questão. Estamos vivendo em um mundo democrático, onde a imposição de currículos que estimulam desigualdades sociais não é mais adequada à nossa realidade. Os procedimentos de avaliação e a elaboração dos currículos escolares necessitam ser revistos de forma a proporcionar uma universalização que favoreça a todos os indivíduos envolvidos na educação escolar, principalmente os aprendizes, futuros gestores de nosso país.

Essa é na verdade a proposta de Sacristán (2000). O pesquisador propõe um currículo universalizador, no qual os valores proporcionam o desenvolvimento e a construção de uma sociedade justa. Uma sociedade na qual os indivíduos conversam entre si de forma coletiva, buscando atender aos interesses e necessidades da comunidade, sem privilegiar os interesses de um determinado grupo. É nesse contexto que o currículo apresenta uma visão cultural adequada, em que o processo educacional é constituído cultural e historicamente pela sociedade, expressando ideologias, crenças e ideias pertinentes com a época em que vivemos, aliás época essa delineada com os traços da democracia.

5. Gestão democrática escolar

E assim, mais um aspecto importante para a educação vem à tona: a gestão democrática. Ela, certamente, ainda preza pela formação de cidadãos que, através da aquisição do conhecimento, tornem-se seres participativos, éticos e críticos, capazes de conviverem pacificamente e ativamente em meio à sociedade. A gestão escolar, segundo Luck (2006), objetiva garantir que os aprendizes possam aprender sobre o mundo e sobre si mesmos, aprender a visualizar o seu papel em meio à sociedade em que vivem, aprender a enxergar a realidade social, econômica, política e científica para, a partir desse contexto, ter condições de exercer a cidadania de forma eficiente e participativa.

Todavia, não é possível ignorar as mudanças que vêm ocorrendo na educação e no próprio mundo. É extremamente necessário compreender a função social da escola no mundo contemporâneo em que estamos inseridos. A gestão autoritária é uma prática que não se ajusta na realidade em que nos encontramos. O mundo globalizado requer “novas” exigências dos futuros cidadãos.

O projeto político pedagógico da escola deve estar em sintonia com os compromissos e objetivos reais da população. Sendo assim, a gestão democrática, além de formar cidadãos, deve preparar, também, esses cidadãos para a realidade que os espera fora do meio escolar, ou seja, o trabalho. Segundo a LDB (1996), a função da escola é ensinar o aluno a ler, escrever, contar e conhecer os meios físicos e político-sociais, preparar para o trabalho, para a cidadania e para o prosseguimento dos estudos.

Dessa forma, acreditamos que a gestão democrática deve, realmente, oferecer condições de preparar os indivíduos para o exercício pleno da cidadania, por meio de relações humanas que possibilitem não somente a produção de conhecimentos, como

também atitudes necessárias à inserção neste novo mundo com exigências cada vez maiores de cidadãos participativos e criativos. No entanto, para que o indivíduo possa se portar como um verdadeiro cidadão participativo na comunidade, é necessário que ele esteja preparado para enfrentar as dificuldades e desafios que são encontrados diariamente no universo do trabalho. Afinal de contas, é por meio das interações vivenciadas no trabalho que o indivíduo tem a oportunidade de exercer, efetivamente, a sua cidadania, agindo de forma emancipatória e participativa na construção da sociedade. Isso não significa que a gestão democrática esteja muito mais preocupada com o mercado de trabalho em que será inserido o cidadão do que com a sua formação propriamente dita. Essas duas variáveis caminham lado a lado, não existe uma em detrimento a outra.

Portanto, a formação da cidadania dos futuros trabalhadores é, certamente, primordial para que eles possam agir de forma a contribuir ativamente produzindo algo em prol do desenvolvimento da sociedade. Por isso, a gestão educacional necessita superar os traumas antigos em que a sociedade fragilizada temia em se expressar e, covardemente, cedia lugar às ideologias dominantes. Essa visão de sociedade alienada e passiva já não faz mais parte da realidade em que vivemos.

Por isso, cremos que a formação do indivíduo-aprendiz deve, antes de qualquer outra coisa, prepará-lo como cidadão, portador de suas próprias crenças, ideologias e princípios, baseados na construção de uma sociedade justa e participativa, na qual todos têm o mesmo direito de liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, pensamos que a realidade fora do contexto escolar, também, necessita ser levada em consideração. O cidadão precisa ser preparado para os grandes desafios que irá enfrentar no mercado de trabalho. É somente através dessa preparação que o indivíduo poderá superar todos os obstáculos e agir ativamente perante a atividade profissional em que está inserido.

A atividade de gestão vai além da visão rotineira de administração. Isso não significa que ela supera a administração, mas contribui de forma efetiva para a manutenção e superação dos desafios que estão presentes no processo educacional. As mudanças e os desafios são contínuos, portanto a gestão democrática é uma prática sensibilizadora no sentido de filtrar e enxergar as necessidades de todos os atores envolvidos na prática educacional, principalmente dos aprendizes.

6. A responsabilidade social das universidades brasileiras

Por fim, e não menos importante, destacamos a responsabilidade social das universidades brasileiras para a educação. Felizmente, nos últimos anos, o governo brasileiro tem percebido a necessidade do desenvolvimento na área educacional e tem contribuído, de certa forma, com a criação de centros tecnológicos e com a construção de novos campus universitários, por todo o país, inclusive no norte e nordeste. Isso certamente tem incentivado o cidadão brasileiro a buscar uma melhor capacitação profissional e acadêmica, visando à inclusão social e ao exercício, efetivo, da cidadania. A busca por melhores oportunidades no mercado de trabalho tem incentivado os estu-

dantes brasileiros a procurar, cada vez mais, uma formação acadêmica de nível superior. De acordo com Balbino (2011), em sete anos, o número de matrículas na educação superior aumentou de 3,5 milhões para 5,9 milhões.

A grande importância das universidades brasileiras tem sido bastante significativa para o desenvolvimento do país. O acesso aos conhecimentos de qualidade proporcionados por meio de uma formação acadêmica sólida e eficiente nas universidades públicas brasileiras, certamente, proporciona uma mudança de vida para os indivíduos e para o próprio país, que só tem a colher frutos com isso. Portanto, os intelectuais envolvidos em projetos educacionais comunitários, em institutos e faculdades, têm enorme responsabilidade nas transformações sociais que ocorrem conseqüentemente.

Nesse sentido, segundo Balbino (2011), o propósito da educação é promover o desenvolvimento e o combate às injustiças e desigualdades sociais. Portanto, a educação necessita ser vista como uma ferramenta de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida do povo, proporcionando o exercício de uma cidadania consciente e emancipadora. Uma educação com esse perfil, certamente, proverá melhoria na vida dos cidadãos, por meio do crescimento econômico, redução da violência e maior conscientização social do indivíduo na sociedade. Um cidadão alfabetizado significa um indivíduo que atua de forma positiva nas relações sociais estabelecidas na comunidade, posicionando-se de forma sábia e crítica.

Diante de todos esses benefícios mencionados, acreditamos que a popularização e o livre acesso da ciência e do conhecimento devem ser um compromisso social das universidades com a sociedade. É importante que as instituições de ensino tenham a iniciativa de ir ao encontro com a comunidade, por meio da exposição de feiras científicas, projetos sociais, apresentações e outras iniciativas que favoreçam a inserção do indivíduo na sociedade.

Por outro lado, é válido lembrar que a base de uma formação sólida que promova e desperte o interesse no futuro cidadão em exercer seus direitos e sua cidadania de forma intensa vem da escola básica. Por isso, não se pode investir única e exclusivamente na formação superior, mas também na formação básica e fundamental do país. Contribuindo e investindo na educação básica, o governo brasileiro estará, conseqüentemente, promovendo a oportunidade para que novos talentos sejam descobertos, abrindo, assim, um novo caminho para a promoção de futuros intelectuais que, sem dúvida, contribuirão para a formação de um Brasil mais justo e academicamente respeitado no meio científico. Afinal de contas, são os alunos do ensino básico os nossos futuros políticos, professores, médicos, dentistas, engenheiros, enfim, nossos futuros cidadãos brasileiros.

7. Considerações Finais

Tendo em vista todos os aspectos mencionados anteriormente, devem-se apontar algumas considerações finais acerca dos mesmos. Primeiramente, é extremamente necessário lembrar que existem inúmeras outras variáveis envolvidas no processo educacional, sendo que não há uma em detrimento da outra. Cabe aos profissionais se sen-

sibilizarem e colocarem em prática aquilo que for mais adequado à situação em que se encontram, lembrando que nem sempre certa atuação terá o mesmo resultado em contextos diferentes. Esse é o grande desafio dos educadores, executar ações adequadas em diferentes contextos educacionais. Por isso, a formação docente, sua capacitação e aprimoramento devem ser constantes. O mundo em que vivemos, assim como os vários contextos educacionais, está em constante mudança, sendo assim, os atores envolvidos na educação também necessitam estar em constante sintonia com tais desenvolvimentos e atualizações.

8. Referências

- BALBINO, Vivina do C. R. Universidades brasileiras e inclusão social. *Correio Braziliense*. Brasília, DF. 2011. Resumo Disponível em: http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=5053&Itemid=43. Acesso em: 27 mar 2012.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 104 p.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão Educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. 116 p.
- SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 325 p.